

COMISSÃO DE ÉTICA DO HML, EPE

ÂMBITO: Aplicável à Comissão de Ética do Hospital de Magalhães Lemos, EPE

OBJECTIVO

O presente regulamento estabelece as atribuições, competências e modo de funcionamento da Comissão de Ética para a Saúde (CES) do Hospital Magalhães Lemos, E.P.E..

RESPONSABILIDADE

Compete ao Conselho de Administração a divulgação e à CES do HML a observância do presente regulamento.

DESCRIÇÃO

A atual Comissão de Ética para a Saúde do Hospital Magalhães Lemos, E.P.E. foi nomeada por despacho de 22 de Junho de 2011 do Conselho de Administração deste Hospital, cabendo-lhe, no uso das competências próprias constantes do disposto no Decreto-Lei. nº 97/95 de 10 de Maio, aprovar o seu regulamento interno.

Artigo 1º

Natureza e Objeto

1. O presente regulamento estabelece as atribuições, competências e modo de funcionamento da Comissão de Ética para a Saúde do Hospital Magalhães Lemos, E.P.E., adiante designada por CES do HML.
2. A CES do HML é um órgão de apoio técnico, multidisciplinar e independente, previsto no número 16º do Regulamento Interno do Hospital de Magalhães Lemos, E.P.E., e constituído de acordo com o Decreto-Lei n.º 97/95, de 10 de Maio.

Artigo 2º

Competências

1. À CES do HML, compete:
 - a. Pronunciar-se sobre todas as questões que envolvam valores éticos dentro da instituição, nomeadamente o respeito pelos direitos e dignidade das pessoas doentes;
 - b. Zelar pela observância de padrões éticos no acesso aos cuidados, ao diagnóstico e ao tratamento, no respeito pela confidencialidade;

COMISSÃO DE ÉTICA DO HML, EPE

ÂMBITO: Aplicável à Comissão de Ética do Hospital de Magalhães Lemos, EPE

- c. Pronunciar-se sobre práticas corretas de investigação e ensino que envolvam pessoas doentes ou tenham incidência nos princípios éticos por que se rege a sociedade e as práticas profissionais.

Artigo 3º

Composição

1. A CES do HML tem uma composição multidisciplinar e é constituída por sete membros, nomeados pelo Conselho de Administração, funcionando sob a direção do seu presidente, coadjuvado pelo vice-presidente, e um secretário, eleitos de entre e pelos pares.
2. Cabe ao presidente:
 - a. representar a CES do HML;
 - b. convocar os respetivos membros para as reuniões divulgando a ordem do dia,
 - c. abrir e encerrar as reuniões e dirigir os trabalhos;
 - d. velar pelo cumprimento das normas aplicáveis e pela regularidade das deliberações.
3. A CES do HML, sempre que considere necessário, poderá solicitar apoio de outros técnicos ou peritos.
4. Os membros da CES do HML não são remunerados pelas funções que nela desempenham, sem prejuízo de lhes ser abonado o reembolso de despesas de transporte para atividades da comissão.

Artigo 4º

Mandato

1. O mandato dos membros da CES do HML coincide com a vigência do mandato do Conselho de Administração que os nomear.
2. Qualquer membro poderá renunciar ao seu mandato desde que o declare por escrito ao Presidente, mantendo-se em funções até à designação de novo membro, mas nunca por período superior a trinta dias.

Artigo 5º

Sede e recursos

1. A sede da CES do HML, EPE, é nas instalações do Hospital de Magalhães Lemos.
2. A CES do HML, EPE, deve dispor de meios humanos e recursos que garantam o seu funcionamento, a confidencialidade dos processos e o arquivo adequado e atualizado dos mesmos.

COMISSÃO DE ÉTICA DO HML, EPE

ÂMBITO: Aplicável à Comissão de Ética do Hospital de Magalhães Lemos, EPE

Artigo 6º

Funcionamento

1. A CES do HML, funciona em reuniões plenárias, sob a direção do seu presidente, ou do seu vice-presidente, no caso de ausências ou impedimentos daquele.
2. A CES reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que convocada pelo seu presidente.
3. A CES só pode deliberar quando esteja presente a maioria dos seus membros.
4. As deliberações são tomadas por maioria absoluta de votos dos membros presentes à reunião, dispondo o presidente de voto de qualidade em caso de empate, havendo sempre lugar a voto de vencido, o qual fará parte integrante do parecer.
5. Não podem estar presentes no momento da discussão nem da votação, os membros em relação aos quais se verifique uma das situações previstas no artigo 44º do Código de Procedimento Administrativo.
6. De cada reunião será lavrada uma ata, que depois de submetida a apreciação dos membros, será assinada pelo presidente e pelo secretário.

Artigo 7º

Pareceres

1. A CES do HML pode emitir pareceres por iniciativa própria e por solicitação escrita de:
 - a. órgãos de gestão e direção do HML;
 - b. qualquer profissional de saúde do HML;
 - c. doentes ou seus familiares, através das entidades referidas na alínea a).
2. A CES do HML emite ainda pareceres quando a solicitação escrita lhe for feita por outros profissionais, ainda que estranhos ao HML, no domínio da investigação que pretendam fazer na instituição.
3. Os pareceres da CES do HML são sempre escritos e assinados pelo relator e pelo presidente, devendo indicar a data da reunião em que forem aprovados.
4. Os pareceres da CES do HML não têm carácter vinculativo, sem prejuízo do disposto no regime legal relativo à realização de ensaios clínicos.
5. Na emissão de pareceres sobre ensaios clínicos, a CES do HML rege-se pelo previsto nos artigos 18º, 19º e 20º da Lei 46/2004, de 19 de Agosto e demais legislação em vigor.

COMISSÃO DE ÉTICA DO HML, EPE

ÂMBITO: Aplicável à Comissão de Ética do Hospital de Magalhães Lemos, EPE

Artigo 8º

Plano de atividades e relatório

A CES do HML deve submeter ao conselho de Administração do HML:

1. Até 1 de novembro de cada ano, o plano anual de atividades para o ano seguinte;
2. Até 1 de março, o relatório de atividades do ano transato.

Artigo 9º

Situações omissas

As situações omissas no presente Regulamento serão resolvidas considerando o disposto no Decreto-Lei 97/95 de 10 de maio, na Lei 46/2004, de 19 de agosto, na Portaria 57/2005, de 20 de janeiro, no Código de Procedimento Administrativo e demais legislação aplicável.

Regulamento revisto em reunião da CES do HML, de 18 de Maio de 2016.

Legislação relacionada:

Decreto-lei 97/95 de 10 de maio

Lei 67/98 de 26 de outubro

Resolução AR 1/2001 de 3 janeiro

Lei 46/2005 de 19 agosto

Lei 102/2007, 2 de abril

Lei 12/2005 de 26 de janeiro

Portaria 57/2005 de 20 janeiro